

RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.790 - SP (2020/0067586-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : **TELEFÔNICA BRASIL S.A**
ADVOGADOS : **RENATO CALDEIRA GRAVA BRAZIL - SP305379**
 LÍVIA REGINA FERREIRA IKEDA - RJ163415
 FABIANO DE CASTRO ROBALINHO CAVALCANTI -
 SP321754
 CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR - SP321744
 JOÃO LUCAS PASCOAL BEVILACQUA - SP357630
RECORRIDO : **APARECIDA BORGUEZON BONZAKI**
ADVOGADOS : **BRUNO AUGUSTO GRADIM PIMENTA - SP226496**
 FELIPE GRADIM PIMENTA - SP308606
 CLAUDIA APARECIDA FRIGERO FREITAS GOUVEIA -
 SP137611

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por TELEFÔNICA BRASIL S.A, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 241-261 e-STJ), assim ementado:

Apelação Ação de liquidação de sentença envolvendo contrato de participação financeira no plano de expansão de telefonia - Improcedência - Caso em que a parte adquiriu o plano de expansão durante o período delimitado pela ação civil pública, sendo que a negociação baseada na Portaria 86/91 não interfere no direito alegado - Definição dos critérios para cálculo das diferenças devidas - Aplicação do entendimento do Tribunal, no que couber, sobre a apresentação da radiografia, os critérios de cálculo do valor devido e consectários decorrentes do reconhecimento à subscrição acionária - Provimento, em parte.

Opostos embargos declaratórios (fls. 263-274 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 275-278 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 281-292 e-STJ), a insurgente alega violação aos seguintes dispositivos de lei federal: (i) artigo 1.022 do CPC/15, porquanto não sanados os vícios apontados nos aclaratórios; (ii) artigos 141, 492, 502, 508 e 509, §4º, do CPC/15, sustentando que a inclusão de parcelas referente à "dobra acionária" na fase de liquidação extrapola o pedido inicial da ação civil pública, bem como o título executivo judicial.

Apresentadas contrarrazões (fls. 333-344 e-STJ), o apelo extremo foi admitido na origem.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal deve prosperar.

1. Observa-se, de início, que a insurgente apontou, nos aclaratórios opostos na origem, a impossibilidade de inclusão da chamada "dobra acionária" na fase de liquidação.

A Corte de origem, apesar de não tratar expressamente da questão sob a ótica da limitação às verbas abarcadas pelo título executivo judicial, considerou que esta decorre naturalmente da complementação de ações originárias.

Assim, preenchidos os requisitos, e tratando-se de questão exclusivamente de direito, considera-se prequestionada a matéria, nos termos do art. 1.025 do CPC/15, passando-se à análise de mérito.

2. Em análise a sentença proferida na fase de conhecimento (fls. 32-38 e-STJ), concluiu-se que, tal como alega a recorrente, não houve **qualquer** análise relativa à chamada "dobra acionária".

A recorrida aduz, apenas, fazer jus à complementação, deixando de contrarrazoar, especificamente, a tese recursal.

A jurisprudência desta Corte, todavia, é firme no sentido de que a inclusão da complementação acionária da telefonia móvel (dobra acionária) nos cálculos da condenação depende de **previsão expressa** no título executivo, por não constituir consectário lógico do reconhecimento da indenização atinente à telefonia fixa.

A propósito, confira-se:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA AGRAVANTE.

[...]

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a inclusão da complementação acionária da telefonia móvel (dobra acionária) nos cálculos da condenação depende de previsão expressa no título executivo. Precedentes.

[...]

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1446868/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/10/2019, DJe 11/10/2019)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO EXTRA PETITA. DOBRA ACIONÁRIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Esta Corte tem entendimento assente no sentido da impossibilidade de inclusão de parcelas referentes às ações da telefonia móvel (dobra acionária) em sede de cumprimento de sentença, sem que exista condenação expressa no processo de conhecimento, sob pena de ofensa à coisa julgada.

2. Agravo interno desprovido.

(RCD nos EDcl no AgInt no AREsp 883.179/SC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 26/09/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM S.A. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DOBRA ACIONÁRIA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. INCLUSÃO NOS CÁLCULOS APRESENTADOS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO IMPROVIDO.

1. É necessário que, na ação de conhecimento, tenha havido

reconhecimento expresso ao direito à dobra acionária (telefonia móvel), não cabendo, no cumprimento de sentença, tal inclusão na memória de cálculo em razão da coisa julgada ter-se realizado sobre o direito da complementação acionária da telefonia fixa.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1546740/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 19/08/2016)

CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 284/STF E 211/STJ. DIREITO À DOBRA ACIONÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DO PEDIDO NA FASE DE CONHECIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83 DO STJ.

[...]

4. **É necessário que, na ação de conhecimento, tenha havido reconhecimento expresso ao direito à dobra acionária (telefonia móvel), não cabendo, no cumprimento de sentença, tal inclusão na memória de cálculo em razão da coisa julgada ter-se realizado sobre o direito da complementação acionária da telefonia fixa.**

[...]

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 550.519/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 25/11/2014)

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **dá-se provimento ao recurso especial**, a fim de excluir a verba relativa à "dobra acionária" da liquidação/cumprimento de sentença.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator